

# Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## A visão do governo sobre o Master

Se o caso Master virar tema da campanha presidencial deste ano, o governo já tem o discurso na ponta da língua. Foi o presidente Luiz Inácio Lula da Silva quem aprovou a indicação de Gabriel Galípolo, presidente do Banco Central (BC), que, acertadamente e tecnicamente, liquidou o banco de Daniel Vorcaro.

## Arrefeceu, mas...

Tanto no União Brasil quanto no Progressistas tem muita gente dizendo que a candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ao Palácio do Planalto foi um balde de água fria na federação entre os dois partidos. Mas os presidentes das respectivas agremiações continuam apostando na junção das duas legendas para gastar menos na eleição de deputados federais.

## Noves fora...

O cálculo das direções é de que a federação interessa porque serão dois partidos lançando candidatos como se fosse um só. Isso significa que dá para dividir os custos das campanhas.

## O que vem por aí

Os mesmos deputados que prometem trabalhar para derrubar os vetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) a respeito dos valores inscritos na conta “restos a pagar” vão lutar para que seja derrubado também o veto às emendas.

## Mais uma tensão

No governo, porém, o que se diz é que o dinheiro é um só e os políticos terão que escolher: ou os “restos a pagar” ou as emendas deste ano. Não tem recursos para executar tudo.

# A preocupação dos políticos

Primeiramente, a Polícia Federal (PF) prendeu o próprio Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, e seus sócios. Agora, foi a vez de parentes e empresários, com destaque para o cunhado de Vorcaro, Fabiano Zettel, e para o investidor Nelson Tanure. Muitos estão apreensivos com a perspectiva de uma nova fase da investigação ter como alvo o braço político do banqueiro. Por isso, ninguém estranhe se, abertos os trabalhos do Congresso, os discursos das excelências que conviviam com Vorcaro forem na linha de “receber uma pessoa não é crime”, “circular com uma pessoa não é crime”. Em conversas reservadas, muitos dizem que é preciso averiguar muito a fim de evitar injustiças, porque, antes de o escândalo explodir, o dono do Master era tido como um empresário sempre se cercando de figuras poderosas como forma de se blindar. E nem todo envolvimento resultaria em cumplicidade com os crimes cometidos.

» »

**Joio e trigo/** Os parlamentares de centro consideram que é preciso identificar quem, no meio da política, ajudou na construção das fraudes ou se omitiu na hora de denunciar o esquema. Se os malfeitos tivessem sido revelados antes, muita gente não teria se reunido com Vorcaro.]



## CURTIDAS

**Embate/** A regulamentação do trabalho para quem presta serviço a aplicativos ainda vai demorar. Mesmo com o parecer do projeto entregue em dezembro pelo relator, deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE), as empresas do setor apresentaram um documento de 60 páginas com supostos dados que comprovam o aumento do valor cobrado pelos serviços, caso o texto seja aprovado. Contudo, a comissão só vai voltar a se debruçar sobre a matéria em fevereiro, no retorno dos trabalhos legislativos.

**Ficou ruim/** A contar pelo que se diz nos bastidores, deve ficar apenas naquela decisão a bronca pública que o ministro Dias Toffoli deu na Polícia Federal (PF) ao reclamar do não cumprimento do prazo da operação relacionada ao Banco Master. O foco deve ser a apuração das fraudes e a punição aos culpados.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



**Foi uma decisão acertada cortar uma parte das emendas. Tem que haver um equilíbrio entre os pedidos dos parlamentares e a execução das políticas públicas"**

**Do ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira (foto), em entrevista ao Frente a Frente, da Rede Vida**

## PODER

# Apreensões ficam na PGR

Toffoli determinou, inicialmente, que material recolhido fosse custodiado no STF. Procuradoria periciará eletrônicos dos investigados

» LUANA PATRIOLINO

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli autorizou, na noite de ontem, que a Procuradoria-Geral da República (PGR) faça a extração e a análise de todo o material apreendido na segunda fase da Operação Compliance Zero, deflagrada pela Polícia Federal (PF) contra pessoas que podem estar relacionadas às fraudes do Banco Master. Mais cedo, o magistrado havia determinado que todos os bens e documentos apurados no cumprimento dos mandados de busca e apreensão fossem lacrados e armazenados na Corte — o que não é algo comum, mas não é inédito.

A decisão foi tomada depois de o procurador-geral da República, Paulo Gonet, pedir a reconsideração dos materiais sob custódia na sede do Supremo. Em manifestação encaminhada à Corte, o chefe do Ministério Público Federal solicitou, inicialmente, que o material apreendido ficasse com a PF. Depois, requisitou que tudo que foi apreendido fosse encaminhado para a PGR.

O diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, solicitou que a corporação pudesse extrair imediatamente os dados, uma vez que a recuperação de arquivos temporários demandaria mais tempo e pode atrasar as investigações. Toffoli, no entanto, acatou o pedido da PGR e afirmou que o material probatório deve ser apreciado pelo titular da ação penal para a adequada formação da convicção do MPF quanto à materialidade e autoria dos crimes investigados.

“A providência requerida pelo procurador-geral da República permitirá que o órgão acusador, destinatário do material probatório colhido nos autos, tenha uma visão

Fotos: Divulgação/PF



Relógios de luxo recolhidos em um dos endereços nos quais foram cumpridos os mandados de busca

sistêmica dos supostos crimes de grandes proporções por ele, em tese, identificados até o presente momento”, frisou o ministro.

Segundo Toffoli, a apuração é mais profunda e não se confunde com outros inquéritos instaurados relacionados à atuação fraudulenta do banco. “A presente investigação tem um escopo mais amplo e não se confunde com os inquéritos anteriores, pois revelou que fundos eram usados para gestão fraudulenta, desvio de valores e branqueamento de capitais pelo Banco Master, supostamente aproveitando vulnerabilidades do mercado de capitais e do sistema de regulação”, destaca o ministro.

Nas diligências de ontem, os agentes recolheram 39 aparelhos

celulares; 31 computadores; 30 armas cujos valores não foram determinados; R\$ 645 mil em espécie; 23 veículos, avaliados em R\$ 16 milhões; vários relógios de luxo cujos valores ainda não foi levantado; e documentos considerados relevantes para o avanço das investigações. Toffoli determinou que a PGR mantenha os dispositivos eletrônicos carregados e desconectados da internet e rede de telefonia.

“Tendo em vista o êxito da operação realizada no dia de hoje (ontem), o material probatório colhido deve ser apreciado pelo titular da ação penal para a adequada formação da opinião ministerial sobre a materialidade e autoria dos delitos em apuração”, disse.

## Impeachment

Os senadores Magno Malta (PL-ES), Damares Alves (Republicanos-DF) e Eduardo Girão (Novo-CE) protocolaram, ontem, no Senado, um pedido de impeachment contra Toffoli sob a acusação de crime de responsabilidade na condução do caso Master. A denúncia foi encaminhada ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Os parlamentares pedem que ele receba a denúncia, instaure o processo de impeachment, forme uma comissão especial e determine a oitiva de testemunhas, além da requisição de documentos ao STF, à PGR, ao Banco Central (BC), à Controladoria-Geral da União (CGU) e



Avaliados em R\$ 16 milhões, 23 veículos foram levados pelos federais

ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Segundo os senadores, Toffoli teria atuado em situação objetiva de suspeição e conflito de interesses ao conduzir investigações e decisões no inquérito que apura fraudes envolvendo o Master, liquidado extrajudicialmente pelo BC. Um dos principais fatos apontados na denúncia dos senadores é uma viagem feita pelo ministro a Lima, no Peru, em novembro de 2025, em aeronave particular de um empresário, na companhia de um advogado que integra a defesa de um dos investigados no inquérito do banco, processo que estava sob a própria relatoria do ministro no STF. Para os senadores, o episódio

configura uma situação fática gravíssima. “Tal contato extraprocessual, íntimo e não oficial, com representante de uma das partes, fere o dever de manter distância equivalente das partes e instaura concreta dúvida sobre sua neutralidade”, afirmam.

A denúncia também cita a decisão de Toffoli de determinar, durante o recesso do Judiciário, uma acareação entre o controlador do Master, Daniel Vorcaro, o então presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, e o diretor de Fiscalização do BC, Aílton de Aquino Santos. Os senadores sustentam que a medida contrariou manifestações técnicas unânimes do BC e da PGR. **(Com AE)**